



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 093/2023 Processo Administrativo n.º 151/2023

O município de Goioxim, através de seu Pregoeiro, instituído pelo Decreto Municipal nº 004/2021, comunica aos interessados que, devidamente autorizado pelo Sr. Ordenador de Despesas nos autos do processo em referência, fará realizar licitação por meio de utilização de recursos de tecnologia de informação - INTERNET, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como dos Decretos nº 3.555 de 08 de agosto de 2000 e nº 3.784, de 06 de abril de 2001, e suas alterações, nº 10.024 de 20 de setembro de 2019 e pelas cláusulas e condições constantes deste edital e, subsidiariamente, pelas normas, pelas normas da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as devidas alterações, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como pelo Decreto 8.538 de 06 de outubro de 2015.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: 22/12/2023, ÀS 10:00 HORAS.

I. DO OBJETO

01.1 A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PARA VEÍCULOS QUE COMPÕE A FROTA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, conforme detalhado no Termo de Referência.

1.1.1 O serviço deverá ser prestado conforme descrito no Termo de Referência.

1.1.2 Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Sistema **Comprasnet** e as constantes deste edital e seus anexos, prevalecerão as últimas

01.2 As Licitantes poderão efetuar vistoria prévia aos veículos elencados no Anexo I, para o conhecimento das circunstâncias que condicionarão a execução dos serviços.

1.2.1 A vistoria poderá ser realizada até 01 (um) dia útil antes da data marcada para abertura da Licitação, devendo, neste caso, ser previamente agendada junto ao município pelo Telefone 42 3656-1002.

1.2.2 As dúvidas de natureza técnica porventura surgidas por ocasião da vistoria serão esclarecidas pelo departamento de transportes do município, mediante expediente dirigido à Comissão Permanente de Licitação (CPL), via e-mail licitagoioxim@yahoo.com.br, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas (conforme subitem 2.1 do presente edital). Observe-se que as vistorias realizadas após tal prazo, não possibilitarão pedido de esclarecimento tendo em vista o prazo previsto no art. 23 do Decreto 10024/2019.

1.2.3 Por ser facultativa, a vistoria não ensejará a emissão de comprovante

01.3 Em hipótese alguma o desconhecimento das condições operacionais poderá ser alegado como justificativa para inexecução ou execução irregular do serviço a ser prestado.

01.4 Maiores informações referentes à perfeita caracterização do objeto, encontram-se minuciosamente descritas no Termo de Referência e demais anexos do presente instrumento convocatório.

01.5 A despesa com a contratação pretendida correrá durante o presente exercício à conta da seguinte dotação orçamentária:

| Dotações |
|----------|
|----------|



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

| Exercício da despesa | Conta da despesa | Funcional programática | Fonte de recurso | Natureza da despesa | Grupo da fonte |
|----------------------|------------------|-------------------------|------------------|---------------------|----------------|
| 2023 | 1440 | 08.001.10.301.0006.2039 | 1002 | 3.3.90.39.00.00 | Do Exercício |
| 2023 | 1480 | 08.001.10.301.0006.2039 | 00303 | 3.3.90.39.00.00 | Do Exercício |

II. DA SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

2.1 Até às 16 horas do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o presente ato convocatório ou enviar pedidos de esclarecimentos, por meio eletrônico, via internet, através do seguinte endereço de E-mail: licitagoioxim@yahoo.com.br, informando o número do pregão.

2.2 O pregoeiro decidirá sobre a impugnação e/ou responderá os pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

2.3 A impugnação não possui efeito suspensivo.

2.4 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

2.5 Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações serão respondidos pelo pregoeiro e divulgados nos sítios www.goioxim.pr.gov.br e www.comprasnet.gov.br, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-los para a obtenção das informações prestadas

III - DA REFERÊNCIA DE TEMPO

3.1 Todas as referências de tempo no edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

IV - DA PARTICIPAÇÃO

4.1 Esta licitação sob a modalidade Pregão Eletrônico será realizada em sessão pública **on line**, conforme condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

4.2. Para participação neste Pregão, além de disporem, por seus próprios meios, dos recursos materiais e tecnológicos necessários ao acesso e operação do sistema eletrônico, as empresas deverão:

- atender a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos quanto ao objeto, à documentação e demais exigências;
- estar devidamente credenciadas no sistema **Comprasnet**, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio www.comprasnet.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico;
- possuir registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

4.3 Não poderão participar:

- empresas que estejam suspensas de participar de licitação com este município, conforme disposto no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;
- empresas que estejam impedidas de licitar e contratar com a União Federal, conforme disposto no art. 7º, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 49 do Decreto nº 10.024/2019;
- empresas que sejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme previsto no art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

- d) empresas com falência decretada ou em recuperação judicial ou extrajudicial, sob as penas da legislação vigente;
- e) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- f) servidores ou dirigentes deste órgão, conforme artigo 9º, III da Lei 8.666/93;
- g) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nesta condição, em observância ao entendimento fixado no Acórdão nº 746/2014- Plenário do TCU;
- h) Pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, em atendimento ao disposto no artigo 2º, inciso VI, da Resolução Nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça;
- i) É vedada a participação de corretores, consoante o § 3º do artigo 16 do Decreto nº 60.459/67, considerados o artigo 122 do Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966, os princípios da licitação constantes da Lei nº 8.666/93 e do art. 37, XXI, da Constituição Federal e jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre a matéria (Decisões nº 938/2002-TCU-Plenário e nº 400/1995-TCU-Plenário), devendo a proposta ser apresentada por seguradora, na forma da alínea “b” do artigo 18 da Lei nº 4.594, de 29/12/1964.
- j) empresários proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98.

V - DO CREDENCIAMENTO

5.1 Os interessados em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante o sistema, no site www.comprasnet.gov.br, observado o seguinte: O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

- a) o credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- b) o credenciamento do licitante dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- c) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema eletrônico, para imediato bloqueio de acesso;
- d) o credenciamento do licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema eletrônico ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.3. O licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

VI - DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E ANEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1 Os licitantes deverão encaminhar proposta, juntamente com os documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

6.1.1 Deverá ser consignado no campo apropriado do sistema eletrônico o PREÇO GLOBAL PARA O PRÊMIO referente ao período de vigência exposto no subitem 16.2 deste edital, já incluídos todos os custos diretos e indiretos pertinentes.

6.1.2 Por ocasião do envio da Proposta, a licitante deve observar os critérios estabelecidos nos subitens 10.1.1 e 10.1.2 deste Edital.

6.1.3 No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” devem ser incluídas todas as informações necessárias ao perfeito detalhamento do objeto, bem como o prazo de validade da proposta, cuja omissão e/ou contrariedade implica a aceitação daquele indicado neste edital, e ainda anexar no sistema PLANILHA DETALHADA conforme modelo anexo contendo todas as coberturas bem como VALORES MÁXIMO aceitos pelo município, planilha datada e carimbada pela proponente.

6.1.4 As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

6.1.5 O cadastramento da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

6.2 É vedado ao licitante apor na proposta qualquer elemento que possa identificá-lo, sob pena de desclassificação.

6.3 No ato do cadastramento da proposta, os licitantes deverão anexar em campo próprio do sistema a documentação comprobatória dos requisitos de habilitação estabelecidos no Capítulo XIV deste edital.

6.3.1 Os licitantes ficarão dispensados de anexar os documentos de habilitação que estejam cadastrados e disponibilizados para download no SICAF, dentro do prazo de validade.

6.4 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.5 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.6 Os licitantes devem encaminhar, no ato de envio de suas propostas, de forma virtual, utilizando a funcionalidade existente no sistema de pregão eletrônico, as seguintes declarações:

- a) Inexistência de fato superveniente que o impeça de participar do certame;
- b) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- c) Declaração de elaboração independente de proposta;
- d) Atendimento aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº123/2006, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte;
- e) Que não possui em sua cadeia produtiva empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- g) Que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no artigo 429 da CLT.

6.7 O licitante declarará ainda, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

6.8 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos e exigências estabelecidos nos subitens 6.6 e 6.7 sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

VII - DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184 - Centro - Fone: (42) 3656-1002 (42) 3656-1108
CNPJ: 01.607.627/0001-78 – CEP: 85162-000 - Goioxim-PR

www.goioxim.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

7.1 A partir do horário previsto no preâmbulo do edital terá início a sessão pública virtual do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

7.2 Iniciada a sessão pública, não serão admitidas solicitações de desistência de proposta.

7.3 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

7.4 O sistema eletrônico ordenará automaticamente somente as propostas classificadas pelo pregoeiro, as quais participarão da fase de lances.

7.5 O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no chat, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

7.6 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública virtual do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou de sua desconexão.

VIII - DA ETAPA DE LANCES

8.1 Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.2 Os lances deverão ser ofertados pelo **VALOR GLOBAL PARA O PRÊMIO** referente ao período de vigência exposto no subitem 17.2, já incluídos todos os custos diretos e indiretos pertinentes.

8.3 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.4 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar, assim como não serão aceitos lances com mais de duas casas decimais, os quais serão cancelados.

8.5 Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.6 No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.6.1 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

IX – DO MODO DE DISPUTA

9.1 Será adotado para o envio de lances o modo de disputa **ABERTO**, conforme procedimento estabelecido no art. 32 do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

9.2 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez) reais**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

9.3 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na Lei Complementar nº 123/2006, conforme capítulo X deste edital, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

9.3.1 Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem anterior, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

9.4 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

X - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

10.1 Será julgada vencedora a proposta que, atendendo a todos os requisitos previstos neste Edital e no Termo de Referência, contiver o **MENOR VALOR GLOBAL PARA O PRÊMIO** referente ao período de vigência exposto no subitem 17.2, devendo o preço proposto incluir todos os custos diretos e indiretos pertinentes.

10.1.1 Os valores relativos à **RCF, DM/DC, APP / MORTE / INVALIDEZ**, descritos na planilha de custo (Anexo I), deverão ser considerados pelas licitantes como valores mínimos.

XI – DA NEGOCIAÇÃO

11.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

11.1.1 A negociação será realizada exclusivamente pelo canal de comunicação (chat) disponibilizado no sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

XII - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

12.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante, observado o disposto no item XIII.

12.2 A proposta do licitante classificado em primeiro lugar deverá ser encaminhada já adequada ao último lance ofertado após a negociação, via sistema **Comprasnet** – por meio da funcionalidade “convocação de anexos” – no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação feita pelo pregoeiro no chat de mensagens, sob pena de desclassificação.

12.2.1 Comprovada a impossibilidade de envio por meio da referida ferramenta, a critério do pregoeiro, poderá ser utilizado, para encaminhamento de documentos, o endereço eletrônico licitagoioxim@yahoo.com.br.

12.3 A arrematante deverá apresentar sua proposta de preços de acordo com o modelo do ANEXO, informando, ainda, as garantias às coberturas elencadas no Termo de Referência.

12.4 O pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do Anexo II quando o valor total ofertado for aceitável, mas os preços unitários necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRT, ou quando forem constatados erros de cálculo.

12.4.1 A proposta comercial deverá conter as seguintes informações:

a) prazo de validade da proposta;

b) razão social do licitante, o CNPJ, número (s) de telefone (s) e de FAX, e-mail e o respectivo endereço.

12.5 Não havendo indicação do prazo acima mencionado ou na hipótese de divergência em relação àquele estabelecido neste edital, será considerado o constante do edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

12.6 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, deverão ser encaminhados pelo licitante melhor classificado, via sistema comprasnet, no mesmo prazo estabelecido no subitem anterior, a contar da convocação feita pelo pregoeiro, observado ainda o subitem 13.8.2 deste Edital.

12.7 Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

12.8 Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor e, ultrapassado o prazo para recurso, o objeto do Pregão será adjudicado ao mesmo.

XIII - DA HABILITAÇÃO

13.1 A habilitação do licitante será verificada mediante a análise dos seguintes documentos:

- a)
 1. Registro Comercial, no caso de empresário individual;
 2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado, tratando-se de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. No caso de sociedades simples, a inscrição do ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício. (Os documentos referidos neste item deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva);
 3. Decreto de autorização, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- b) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
- c) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital;
- d) Prova de Regularidade para com a Seguridade Social (INSS); e) Prova de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de Regularidade para com a Receita Federal do Brasil;
- g) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual e/ou Fazenda Municipal, conforme o caso.
- h) Certidões negativas de falências e recuperação judicial ou extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da empresa.

h.1) não sendo o licitante sediado na Comarca do município, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede tenham a atribuição para emitir certidões.

i) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta:

i.1) Consideram-se exigíveis o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do ano imediatamente anterior ao da presente licitação, caso a arrematante seja convocada à apresentação de sua proposta em data posterior ao último dia do mês de maio.

i.2) Os índices a serem analisados serão o de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), demonstrando valores superiores aos abaixo indicados, resultantes da aplicação das fórmulas, observado o disposto no subitem 10.1, "i.2.1":

$$L G = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} > 1$$

$$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

SG = Ativo Total > 1

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

LC = Ativo Circulante > 1

Passivo Circulante

i.2.1) As empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem 10.1, "i.2" deverão comprovar, no momento da habilitação, patrimônio líquido de, no mínimo, 10% do valor global estimado neste edital. A comprovação deverá ser feita mediante apresentação de documento assinado por profissional legalmente habilitado, desde que não seja possível a obtenção dessa informação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

i.3) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1 - publicados em Diário Oficial; ou

2 - publicados em jornal; ou

3 - por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou

4 - por cópia ou fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, inclusive com os Termos de Abertura e de encerramento.

i.4) Das empresas recém-constituídas será exigida a apresentação de cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive os termos de Abertura e Encerramento, devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), consoante art. 29, V, da Lei nº 8.666/93;

k) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

13.2 O pregoeiro verificará a habilitação do licitante por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), nos documentos por ele abrangidos, mediante consulta "on line" e por meio da documentação complementar especificada neste edital.

13.3 Os licitantes ficarão dispensados de apresentar os documentos relacionados no subitem 13.1, alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h" e "j" deste edital, caso estes estejam cadastrados no SICAF e dentro do prazo de validade, e ficarão dispensados de apresentar os documentos indicados na alínea "i", se a boa situação financeira estiver demonstrada no SICAF.

13.3.1 No caso do subitem 13.3, o pregoeiro verificará a conformidade das informações constantes na Declaração do SICAF com os correspondentes documentos anexados.

13.3.2 O pregoeiro poderá emitir, por meio de sítio na internet, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) mencionada na alínea "j", caso esta não esteja cadastrada no SICAF.

13.3.3 Caso conste no cadastro do SICAF algum documento de habilitação com data de validade expirada, o pregoeiro poderá efetuar consulta nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões (**internet**), a fim de obter as informações necessárias à habilitação do licitante.

13.3.4 Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

13.4 O pregoeiro verificará se o licitante efetuou, em campo próprio do sistema **Comprasnet**, a declaração a que alude o subitem 13.1, alínea "k".

13.5 Os documentos de habilitação que não estejam contemplados no SICAF e/ou que estejam com a data de validade expirada (não sendo possível validação/consulta via internet), deverão ser anexados ao sistema Comprasnet no momento do cadastramento da proposta comercial, conforme disposto no subitem 6.3 deste edital.

13.6 O licitante deverá anexar juntamente com a proposta, na forma do subitem 6.3 do edital, os seguintes documentos de habilitação técnica:

a) Pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que executou, de forma satisfatória, serviço de seguro de veículos.

a.1) A arrematante, se julgar necessário, poderá apresentar cópias de contratos, declarações ou outros documentos idôneos para comprovação/complementação das informações e qualificações que, pelos Atestados, pretende demonstrar.

a.2) Todos os Atestados de Capacidade Técnica deverão ser emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da ARREMATANTE, contendo os seguintes dados:

- Razão Social, CNPJ e endereço completo da empresa emitente.
- Razão Social da ARREMATANTE.
- Número do contrato (se houver).
- Vigência do contrato: De ____/____/____ a ____/____/____.
- Objeto do contrato.
- Descrição do objeto do contrato.
- Local e data de emissão do Atestado.
- Nome e assinatura do signatário, telefone para contato e Fax.

b) Declaração de que disporá, na data de início da vigência do seguro, de estrutura de suporte para troca de informações (orais e redigidas) com a Contratante, instalações e pessoal, na forma descrita no Termo de Referência, suficientes para atender prontamente às demandas inerentes ao objeto contratado;

c) os seguintes documentos, expedidos pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), ambos dentro do prazo de validade:

c.1) Certidão informando que a arrematante não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem de estar cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

c.2) Portaria, publicada em Diário Oficial ou Atestado, expedido pela SUSEP, a fim de comprovar que a arrematante detém autorização para operação no ramo de seguros pertinente ao objeto do certame, conforme descrito no termo de referência.

13.7 Os documentos exigidos poderão ser analisados pela unidade técnica para emissão de parecer técnico em eventual diligência instaurada pelo pregoeiro(a), o(a) qual poderá considerá-lo no julgamento da habilitação.

13.8 A Contratante poderá promover visita às dependências da arrematante e consulta às entidades competentes, a fim de comprovar a exatidão das informações contidas nos documentos requeridos.

13.8.1 Ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

13.8.2 Todos os documentos exigidos neste Edital, cuja autenticidade não puder ser verificada pela internet, deverão ser encaminhados à Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro, localizada na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184 Centro CEP 85.162-000 Goioxim Estado Do Paraná, no prazo



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

de 3 (três) dias úteis, a partir da solicitação do Pregoeiro. Serão aceitos originais ou cópias autenticadas.

13.9 Caso a licitante pretenda efetuar o fornecimento objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz ou filial), deverá apresentar o CNPJ desse estabelecimento para consulta **on line** ao SICAF, observado o disposto no subitem 14.5.

13.10 As Certidões terão o prazo de validade que lhes são próprios; inexistindo este prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

13.11 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no presente edital.

13.12 Se houver impossibilidade de apresentar qualquer documento por motivo de greve do órgão emissor, deverá o licitante apresentar declaração em papel timbrado da empresa, assinado por seu representante legal, de que não está em débito com o referido órgão e que, finda a greve, se compromete a apresentar o documento atualizado, para fins de direito, em até 10 (dez) dias úteis, independentemente da fase em que se encontrar o processo licitatório, sujeitando-se, no caso de não apresentação, às sanções previstas neste edital.

13.13 A ausência do envio da documentação exigida para o certame ensejará a instauração de processo administrativo, que poderá culminar com a aplicação das sanções previstas neste edital.

13.14 Se a documentação de habilitação não estiver completa e em estrita conformidade com as exigências deste edital, o licitante será inabilitado.

13.14.1 Documentos apresentados com a validade expirada também acarretarão a inabilitação do licitante.

13.15 As condições de habilitação deverão ser mantidas durante todo o procedimento licitatório.

XIV - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 Declarada a empresa vencedora no sistema, qualquer licitante poderá manifestar, no prazo de 01 (uma) hora, motivadamente, em campo próprio, a intenção de recorrer, registrando a síntese de suas razões. Será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões de recurso escritas, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.1.1 O encaminhamento das razões de recurso e das contrarrazões deverá ser feito somente por meio do sistema eletrônico.

14.2 A falta de manifestação de recorrer no prazo de 01 (uma) hora importará em decadência do exercício do direito de recorrer. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

14.3 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.4 Se não reconsiderar sua decisão, o pregoeiro submeterá o recurso devidamente informado à consideração da autoridade competente que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

XV - DA HOMOLOGAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

15.1 Não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto e à Administração do Município, homologar o procedimento licitatório.

15.2 Havendo recurso, a Administração, após deliberar sobre o mesmo, fará a adjudicação do objeto, homologando o procedimento licitatório, na forma do artigo 45 do Decreto 10024/2019

XVI – DA APÓLICE DO SEGURO

16.1 Os termos da apólice emitida pela licitante vencedora vinculam os contratantes naquilo em que não conflite com o disposto no Edital e no Termo de Referência.

16.2 O prazo de vigência da apólice será a partir da zero hora do dia xx/xx/xx até 24h (vinte e quatro horas) do dia xx/xx/2022.

16.3 O início da vigência da apólice dar-se-á na data especificada no subitem 16.2 independentemente do pagamento do prêmio, conforme descrito no Guia de Orientação e Defesa do Consumidor, constante no sítio eletrônico da SUSEP.

XVII - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

17.1 São obrigações e responsabilidades da Contratada as estabelecidas no item 6.0 do Termo de Referência e no contrato, bem como as estabelecidas neste item.

17.2 A Contratada deverá ainda apresentar à fiscalização, declaração, na forma do anexo III deste edital, de que não tem em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação e de que não promoverá a inclusão em seu quadro profissional durante toda a execução contratual, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, em atendimento ao disposto nos artigos 2º, inciso VI, e 3º da Resolução Nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

XVIII - DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1 A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, com atribuições específicas, formalmente designado por intermédio de Portaria, em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993.

XIX - DO VALOR ESTIMADO

19.1 O prêmio total estimado é de R\$ 139.000,00, de acordo com a planilha de custos estimados conforme Anexo.

19.2 Os valores unitários e global estimados pelo município, tanto para os prêmios quanto para as franquias, constantes do Anexo, deverão ser considerados pelas licitantes como preço máximo, conforme disposto no art. 40, inciso X da Lei 8.666/93.

X - DO PAGAMENTO

20.1 O pagamento à Contratada será realizado em parcela única.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

20.2 O pagamento à Contratada será efetuado à vista (pagamento único), em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação do boleto bancário, observado o cronograma de desembolso, na forma prevista no art. 40, inciso XIV, alíneas “a” e “b” da Lei 8.666/93.

20.2.1 Nos casos de que trata o § 3º, do art. 5º, da Lei 8.666/93, os pagamentos deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

20.2.2 Em caso de sinistro de perda parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso a concessionária/oficina não esteja em situação regular com as obrigações fiscais e trabalhistas, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

20.3 Fica a Contratada ciente de que, quando da ocasião do pagamento, será verificado se as condições de habilitação estão mantidas.

20.4 A Contratante poderá exigir, a qualquer momento, a comprovação do cumprimento com as obrigações mencionadas no subitem 20.3.

20.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação de despesa o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, devendo, nessa hipótese, o prazo para pagamento ser iniciado após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.6 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, sendo que será considerada a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, a taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, onde:

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido;

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela em atraso;

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula: $I = (6/100)/365$.

XXI - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520 de 10/07/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais previstas na Lei 8.666/93, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa.

21.2 A penalidade de multa será aplicada de acordo com a tabela abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

| ITEM | DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO | GRAU | INCIDÊNCIA |
|-----------------------------|---|------|---|
| CONDUTAS ESPECÍFICAS | | | |
| 1 | Deixar de efetuar o pagamento de indenização | 5 | Por dia de atraso, |
| | dentro do prazo máximo de 30 dias, conforme item 4.1.5 do Documento de Referência. | | limitado a 20% do valor da indenização. |
| 2 | Dificultar a comunicação com a empresa para solicitação de assistência por indisponibilidade do canal de comunicação fornecido, conforme item 4.2.1 do Documento de Referência. | 3 | A cada dia que houver dificuldade de comunicação. |
| 3 | Atrasar o atendimento referente à assistência, conforme item 4.2.2 do Documento de Referência. | 4 | Por hora, limitado a 20%. |
| 4 | Atrasar o fornecimento do orçamento do valor do prêmio para o caso de inclusão ou substituição de veículo, conforme item 4.4.1.4 do Documento de Referência. | 1 | A cada 24h de atraso, limitado a 20%. |
| 5 | Atrasar a entrega da apólice de seguro ou do boleto bancário para pagamento no valor do prêmio no prazo de 30 dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho, conforme item 6.1 do Documento de Referência. | 2 | Por dia de atraso, limitado a 5%. |
| CONDUTAS GERAIS | | | |
| 1 | Dificultar a comunicação com o preposto da empresa por falta de contato com o número de telefone/email fornecido. | 1 | Por ocorrência. |
| 2 | Recusar-se, injustificadamente, a cumprir qualquer obrigação referente ao objeto do contrato. | 3 | Por ocorrência. |



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

| | | | |
|---|---|---|---|
| | dentro do prazo máximo de 30 dias, conforme item 4.1.5 do Documento de Referência. | | limitado a 20% do valor da indenização. |
| 2 | Dificultar a comunicação com a empresa para solicitação de assistência por indisponibilidade do canal de comunicação fornecido, conforme item 4.2.1 do Documento de Referência. | 3 | A cada dia que houver dificuldade de comunicação. |
| 3 | Atrasar o atendimento referente à assistência, conforme item 4.2.2 do Documento de Referência. | 4 | Por hora, limitado a 20%. |
| 4 | Atrasar o fornecimento do orçamento do valor do prêmio para o caso de inclusão ou substituição de veículo, conforme item 4.4.1.4 do Documento de Referência. | 1 | A cada 24h de atraso, limitado a 20%. |
| 5 | Atrasar a entrega da apólice de seguro ou do boleto bancário para pagamento no valor do prêmio no prazo de 30 dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho, conforme item 6.1 do Documento de Referência. | 2 | Por dia de atraso, limitado a 5%. |

CONDUTAS GERAIS

| | | | |
|---|---|---|--------------------------|
| 1 | Dificultar a comunicação com o preposto da empresa por falta de contato com o número de telefone/email fornecido. | 1 | Por ocorrência. |
| 2 | Recusar-se, injustificadamente, a cumprir qualquer obrigação referente ao objeto do contrato. | 3 | Por ocorrência. |
| 3 | Deixar de cumprir, injustificadamente, determinação formal ou instrução complementar do gestor ou fiscais do contrato. | 1 | Por ocorrência. |
| 4 | Deixar de comunicar ao gestor/fiscal do contrato qualquer anormalidade referente à execução das obrigações contratadas. | 1 | Por fato não comunicado. |
| 5 | Deixar de manter as condições de habilitação para a contratação. | 3 | Por ocorrência. |
| 6 | Descumprir quaisquer outras obrigações previstas no Documento de Referência, que não tenham sido objeto de previsão específica. A penalidade será aplicada a partir do segundo registro do acontecimento de mesma natureza. | 2 | Por ocorrência. |

GRAU

CORRESPONDÊNCIA

| | |
|---|--|
| 1 | 0,2% sobre o valor do prêmio. |
| 2 | 0,4% sobre o valor do prêmio. |
| 3 | 0,8% sobre o valor do prêmio. |
| 4 | 1% sobre o valor do prêmio. |
| 5 | 1% sobre o valor da indenização correspondente |



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

21.3 A critério da autoridade competente, considerando a falta de gravidade da conduta e ausência de prejuízos, poderá ser aplicada a penalidade de advertência na primeira ocorrência das condutas descritas na tabela acima. Limita-se a 20% sobre o valor do prêmio a totalidade das multas a serem aplicadas, considerando a vigência total do seguro. A multa relativa ao item 1 das condutas específicas não está sujeita ao limite de 20% sobre o valor do prêmio, podendo ser superior.

| MULTA POR INEXECUÇÃO TOTAL | | |
|----------------------------|-------------------|----------------------------------|
| 1 | Inexecução total. | Até 30% sobre o valor do prêmio. |

21.4 Sujeita-se também a contratada às penalidades previstas nos incisos I e III do Art. 87, da Lei 8.666/93.

21.5 O procedimento administrativo, para apurar a existência de fatos ensejadores de aplicação de penalidades, será regido pelas normas de procedimentos administrativo do município.

21.6 O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será deduzido dos créditos futuros da contratada ou, se inviabilizado, cobrado por meio de GRU. Inviabilizada a dedução e havendo inadimplemento da GRU, será executada a garantia de execução contratual. Não se efetivando o pagamento por um dos meios anteriores, serão adotadas as providências inerentes à inscrição em dívida ativa.

21.7 As sanções previstas nos itens 18.1 e 18.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do contrato.

21.8 É vedado elevar arbitrariamente os preços, vender, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada, entregar uma mercadoria por outra, alterar substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida, tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato, conforme previsto no art. 96 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se o infrator à pena de detenção, de 03 (três) a 06 (seis) anos sem prejuízo das sanções acima elencadas.

XXII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Fica ressalvado ao MUNICÍPIO o direito de, por provocação ou de ofício, em razão de ilegalidade, anular, no todo ou em parte, ou revogar por interesse público a presente Licitação, bem como aumentar ou suprimir o valor da presente aquisição, dentro dos limites fixados, em conformidade com os arts. 49 e 65, §§ 1º e 2º, ambos da Lei 8.666/93.

22.2 Fica a licitante ciente da obrigatoriedade de declarar quaisquer fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.

22.3 A participação neste certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital.

22.4 Será permitida a subcontratação, conforme item do termo de referência.

22.5 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independente de nova comunicação, salvo aviso expresso da Comissão Permanente de Licitação.

22.6 Quaisquer esclarecimentos e/ou alterações serão comunicados por meio do site do município e publicado no Diário Oficial. As retificações, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigam a todos os licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

22.7 O sistema eletrônico produzirá, automaticamente, ata circunstanciada da sessão pública imediatamente após seu encerramento, a qual ficará acessível no Portal de Compras do Governo Federal – **Comprasnet** e nela serão registradas as ocorrências relevantes.

22.8 O resultado desta licitação será divulgado no sítio www.comprasnet.gov.br e publicado na Imprensa Oficial.

22.9 Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame fica eleito o foro de Cantagalo Estado do Paraná, excluído qualquer outro.

Goioxim, 11 de dezembro de 2023.

MARI TEREZINHA DA SILVA
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III

Modelo de Declaração

Ref.: Pregão nº 093/2023

....., inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal, Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA que não tem em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação e que não promoverá a inclusão em seu quadro profissional durante toda a execução contratual, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, em atendimento ao disposto nos artigos 2º, inciso VI, e 3º da Resolução Nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

(data)

.....
(representante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PARA VEÍCULOS QUE COMPÕE A FROTA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

O objeto da contratação enquadra-se na definição de serviço comum, de acordo com o art. 1º, parágrafo único da Lei 10.520/02.

As atividades decorrentes dos serviços a serem contratados não se confundem com as inerentes às categorias funcionais da Contratante.

A presente contratação deverá observar o disposto nas Circulares SUSEP nº 256, de 16 de junho de 2004, e nº 269, de 30 de setembro de 2004.

2. DA JUSTIFICATIVA

A contratação de Empresa especializada na prestação de serviços no ramo de seguros de veículos, tem por finalidade manter os veículos pertencentes à frota num padrão de segurança minimizando os riscos de possíveis perdas patrimoniais bem como a preservação dos bens públicos.

Tendo em vista que os veículos do município estão em constante deslocamento, tanto na sua área jurisdicional, como para outros municípios no Estado do Paraná, é imprescindível a necessidade de cobertura de seguro para os mesmos, dando mais segurança ao atendimento e locomoção dos servidores, passageiros sendo eles pacientes e os próprios servidores municipais.

Tendo em vista que este Município possui veículos que compõem a frota Municipal, sendo imprescindível a necessidade de renovação da cobertura de seguro total e/ou de terceiros para os mesmos, cujos veículos circulam assiduamente em locais de tráfego intenso propensos a sinistros e consequentes indenizações por danos pessoais e materiais, dando mais segurança ao atendimento e locomoção dos servidores e usuários para o Microônibus, alunos e etc., sendo a contratação de uma empresa especializada através de processo licitatório o meio legal de se planejar estimativamente a respectiva despesa.

3. DESCRIÇÃO, QUANTIDADES E VALORES:

| item | Veículo/Marca | Qt d, | casco | DMT | DCT | APP COM DMH | DAN OS MOR AIS | AS SIS TE NCI A 24 HO RA S | PRO TEÇ ÃO A VIDR OS FAR OIS LAN TER NAS E RET ROVI SOR ES | Fra ngu ia má xim a | Prêm io R\$ | Car ro Re ser va |
|------|---|-------|---------------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------------------|--|---------------------|-------------|------------------|
| 1 | Veículo AMBULANCIA RENAULT MASTER ALLT AMB1 Placa BAL-0E96. Chassi 93YMAFELAHJ234777. Ano 2016/2017 | 1 | 100% da Tabela FIPE | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 25.000,00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 100,00 | 12.712,80 | 3.370,40 | SIM |
| 2 | Veículo AMBULANCIA RENAULT MASTER EURO AMB placa BBU-7911. Chassi 93YMAFEXAJJ092535. Ano 2017/2018 | 1 | 100% da Tabela FIPE | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 25.000,00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 100,00 | 12.712,80 | 3.495,77 | SIM |
| 3 | Veículo CHEV SPIN 1.8 L MT LTZ placa BCH-7554. Chassi 9BGJC7520JB242723. Ano 2018/2018 | 1 | 100% da Tabela FIPE | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 25.000,00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 100,00 | 2.722,80 | 2.303,11 | SIM |



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

| | | | | | | | | | | | | |
|----|---|---|---------------------|----------------|----------------|---------------|---------------|-----|------------|-----------|-----------|-----|
| 4 | Veículo L200 TRITOR SPT GL 4X4 placa BCP-5066. Chassi 93XLJKL1TKCJ13332. Ano 2018/2019 | 1 | 100% da Tabela FIPE | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 25.000,00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 100,00 | 6.993,60 | 3.347,67 | SIM |
| 5 | Veículo ONIBUS VW MASCA ROMA placa BCM-9296. Chassi 9532G82W2JR820979. Ano 2017/2018 | 1 | 100% da Tabela FIPE | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 25.000,00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 100,00 | 16.539,60 | 14.173,48 | SIM |
| 6 | Veículo VW NOVO GOL TL MBV Placa BCH-4028. Chassi 9BWAB45U4JP043742. Ano 2017/2018 | 1 | 100% da Tabela FIPE | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 25.000,00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 100,00 | 2.493,60 | 3.336,20 | SIM |
| 7 | Veículo VW VOYAGE 1.6L MB5 placa BDK-7G74. Chassi 9BWDB45U7LT003419. Ano 2019/2020 | 1 | 100% da Tabela FIPE | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 25.000,00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 100,00 | 2.505,60 | 3.873,95 | SIM |
| 8 | Veículo MICROONIBUS M. BENZ SPRINT CLASSY Placa BDK-8A96. Chassi 8AC906655KE170789. Ano 2019/2019 | 1 | 100% da Tabela FIPE | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 25.000,00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 200,00 | 12.700,80 | 5.574,97 | SIM |
| 9 | Veículo ONIBUS VOLVO MPOLO VIAGGIO R Placa AKB-2283. Chassi 9BVR6C4101E356845. Ano 2001/2001 | 1 | 100% da Tabela FIPE | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 25.000,00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 100,00 | 12.700,80 | 3.610,90 | SIM |
| 10 | Veículo ONIBUS VW COMIL CAMPIONE R Placa ALW-7396. Chassi 9BWHR82Z34R421110. Ano 2004/2004 | 1 | 100% da Tabela FIPE | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 25.000,00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 200,00 | 13.050,00 | 3.286,89 | SIM |
| 11 | Veículo PEUGEOT PARTNER 0km. Chassi 8AEGCNFN8LG510231. Ano 2020/2020 | 1 | 100% da Tabela FIPE | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 25.000,00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 100,00 | 6.225,99 | 2.712,22 | SIM |
| 12 | Volkswagen gol mc4 placa BEX0F29 2021/2022 Chassi 9BWAG45U5NT004592 | 1 | 100% da Tabela FIPE | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 25.000,00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 100,00 | 5.474,28 | 3.649,42 | SIM |
| 13 | Chevrolet Cruze Pre2 NB AT Chassi 8AGBY69S0NR103408 2021/2022 placa RHK-5h32 | 1 | 100% da Tabela FIPE | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 25.000,00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 200,00 | 5.550,00 | 4.500,00 | SIM |

Valor total R\$ 57.234,98

4 . DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

A cobertura compreenderá mais detalhadamente:

- Roubo ou furto total, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto;
- Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;
- Incêndio e explosão, inclusive os causados por atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- Queda em precipícios ou pontes;
- Queda de agentes externos sobre o veículo; Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- Submersão total ou parcial proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- Cobertura de vidros, janelas totais, para-brisas totais, retrovisores, lentes e faróis;
- Acidente envolvendo o veículo segurado com outros veículos, dentro de suas dependências, bem como em qualquer lugar que se encontra.
- Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica; . Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- Atos involuntários praticados por terceiros;
- Danos causados a pintura por acidente ou por atos de terceiros;

Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184 - Centro - Fone: (42) 3656-1002 (42) 3656-1108

CNPJ: 01.607.627/0001-78 – CEP: 85162-000 - Goioxim-PR

www.goioxim.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

- Danos causados aos pneus, em caso de acidentes;
- Danos causados a terceiros, com cobertura total ao terceiro inclusive em caso de indenização devendo ser o mesmo indenizado em 100% do valor da tabela FIPE do seu veículo em caso de perda total. Cobertura ao terceiro total DMT APP .

5. DO PAGAMENTO E DA ENTREGA DA APÓLICE

A licitante vencedora deverá expedir e efetuar a entrega da Apólice em até 24 horas após emissão da ordem emitida pelo município, a contar do recebimento da Nota de Empenho, ou ordem de fornecimento, respeitando-se o horário comercial, em dias úteis.

A licitante vencedora que não emitir e entregar a apólice de seguros no prazo estipulado acima decairá do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no item seguintes do Edital.

Após a entrega da Apólice, o licitante vencedor deverá apresentar ao setor de finanças, Nota Fiscal/Fatura, discriminada em 02 (duas) vias, para que após ateste por servidor competente, sejam adotados os procedimentos afetos ao pagamento.

Na hipótese de erro na emissão da apólice, será solicitado a retificação da mesma, e o pagamento somente será efetuado após a emissão da apólice corrigida, sem ônus para o município.

Para fins de pagamento a empresa contratada deverá manter as mesmas condições da habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta na internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

A CONTRATADA deverá prestar serviços de assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, para veículos, passageiros e motoristas, incluindo guincho e reboque ilimitado em caso de panes ou acidentes, e cobertura de vidros.

A assistência estender-se-á a todo o território nacional, sem aplicações de franquias quilométricas ou taxas extras para os serviços de cobertura, guincho ou reboque.

A CONTRATADA deverá possuir uma representação (corretor de seguros) 24 (vinte e quatro) horas por dia disponível para, em casos de sinistros ou eventuais serviços, prestar apoio/atendimento, durante todo o período de vigência contratual.

7. DA FRANQUIA

Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, não devendo exceder o limite máximo estabelecido no Anexo seguinte.

A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

As licitantes concorrerão apenas com o valor referente ao Prêmio do Seguro. Entretanto, os valores referentes à franquia deverão ser apresentados em conjunto com a proposta.

Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não podendo exceder o limite máximo previsto na tabela do Anexo I.

8. DOS BÔNUS

Conforme Planilha Anexo.

9. DO ENDOSSO

Quaisquer alterações na apólice poderão ser solicitadas pela CONTRATANTE e processada pela seguradora, mediante endosso. Dentre elas:

- substituição de veículos.
- exclusão de veículos.
- inclusão de veículos
- correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente.

Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência do contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou este contrato.

Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a CONTRATADA deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de DAM, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, à Secretaria requisitante.

Caberá à Secretaria requisitante, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos.

10. PRAZO DE VIGÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO

O Contrato terá vigência por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério do CONTRATANTE, desde que presentes as condições e preços mais vantajosos para a Administração, consoante estabelecido no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, e, ainda:

Haja autorização formal da autoridade competente;

Os serviços tenham sido prestados regularmente;

A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

11. PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO

Ao fornecedor fica a ciência e obrigatoriedade de que durante todo o prazo de vigência e/ou execução, do(s) contrato(s) e/ou documento equivalente para as futuras aquisições/prestação de serviços, deverá cumprir todos os termos deste edital e seus anexos, bem como as determinações e orientações da Administração Municipal e da legislação vigente ou que vir a ser alterada, sobre o tema

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato.

Notificar, por escrito, à CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas no serviço.

Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade dos serviços;

Exercer, por seu representante, acompanhamento e fiscalização sobre a execução dos serviços dando ciência ao preposto do CONTRATADO e determinando sua imediata regularização;

Proporcionar todas as facilidades que lhes couber ou forem possíveis para que os serviços sejam executados na forma estabelecida no Termo de Referência e no respectivo Contrato.

Permitir acesso dos empregados da Contratada às dependências, para fins de realizar vistorias ou avaliações de eventuais danos ocorridos com os veículos segurados;

Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada;

Rejeitar a prestação de serviços, objeto da licitação, por terceiros, sem autorização.

Acionar a Contratada na hipótese de sinistro.

Comunicar à Contratada qualquer alteração relativa ao objeto do seguro.

Anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução do objeto da licitação, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Receber e Guardar as apólices de seguro, cuja atribuição será designada pela Coordenação de Administração.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá à Contratada, a partir da assinatura da proposta, o cumprimento das seguintes obrigações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

Elaborar apólice condizente com as exigências previstas no Termo de Referência e seus anexos, a fim de evitar conflito de disposições, devendo sempre prevalecer o disposto no instrumento licitatório;

Cumprir com os prazos e condições previsto neste Termo de Referência.

Comunicar o Laboratório Nacional de Astrofísica qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

Manter durante o período de contratação o atendimento das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

Assumir a responsabilidade pelos danos causados diretamente à Administração ou bens do Laboratório Nacional de Astrofísica, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto, sem exclusão ou redução desta responsabilidade em razão da fiscalização ou o acompanhamento do município.

É expressamente vedada a Contratada a veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do Município.

A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento a Administração, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a Contratada deve renunciar expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva.

Manter durante toda vigência do contrato a sua regularidade fiscal e trabalhista.

14.SANÇÕES

As sanções serão aplicadas conforme as penalidades descritas no edital, na forma da legislação vigente, caso haja qualquer descumprimento quanto à qualidade do objeto ou condições de entrega e de manutenção das condições de habilitação.

Caso a Administração Pública constate que o objeto entregue pelo fornecedor não condiz com a qualidade exigida na licitação, poderá cancelar o Contrato de imediato e aplicar as sanções cabíveis por descumprimento contratual, como multa e impedimento de licitar.

Goioximim, 11 de dezembro de 2023.

MARI TEREZINHA DA SILVA
PREFEITA MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

| item | Veículo/Marca | Qt d, | casc o | DMT | DCT | APP COM DMH | DANOS MORAIS | ASSISTEN CIA 24 HORAS | PROTEÇÃO A VIDROS FAROIS LANTERNAS E RETROVISOR ES | Franqui a máxima | Prêmio R\$ | Carro Reser va |
|------|---|----------|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|------------------|-----------------------------|--|------------------------|---------------|----------------------|
| 1 | Veículo AMBULANCIA RENAULT MASTER ALLT AMB1 Placa BAL-0E96. Chassi 93YMAFELAHJ234777. Ano 2016/2017 | 1 | 100 % da Tabe la FIPE | R\$ 100.000, 00 | R\$ 100.000, 00 | R\$ 25.000, 00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 100,00 | 12.712,8 0 | 3.370,4 0 | SIM |
| 2 | Veículo AMBULANCIA RENAULT MASTER EURO AMB placa BBU-7911. Chassi 93YMAFEXAJJ092535. Ano 2017/2018 | 1 | 100 % da Tabe la FIPE | R\$ 100.000, 00 | R\$ 100.000, 00 | R\$ 25.000, 00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 100,00 | 12.712,8 0 | 3.495,7 7 | SIM |
| 3 | Veículo CHEV SPIN 1.8 L MT LTZ placa BCH-7554. Chassi 9BGJC7520JB242723. Ano 2018/2018 | 1 | 100 % da Tabe la FIPE | R\$ 100.000, 00 | R\$ 100.000, 00 | R\$ 25.000, 00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 100,00 | 2.722,80 | 2.303,1 1 | SIM |
| 4 | Veículo L200 TRITOR SPT GL 4X4 placa BCP-5066. Chassi 93XLJKL1TKCJ13332. Ano 2018/2019 | 1 | 100 % da Tabe la FIPE | R\$ 100.000, 00 | R\$ 100.000, 00 | R\$ 25.000, 00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 100,00 | 6.993,60 | 3.347,6 7 | SIM |
| 5 | Veículo ONIBUS VW MASCA ROMA placa BCM-9296. Chassi 9532G82W2JR820979. Ano 2017/2018 | 1 | 100 % da Tabe la FIPE | R\$ 100.000, 00 | R\$ 100.000, 00 | R\$ 25.000, 00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 100,00 | 16.539,6 0 | 14.173, 48 | SIM |
| 6 | Veículo VW NOVO GOL TL MBV Placa BCH-4028. Chassi 9BWAB45U4JP043742. Ano 2017/2018 | 1 | 100 % da Tabe la FIPE | R\$ 100.000, 00 | R\$ 100.000, 00 | R\$ 25.000, 00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 100,00 | 2.493,60 | 3.336,2 0 | SIM |
| 7 | Veículo VW VOYAGE 1.6L MB5 placa BDK-7G74. Chassi 9BWDB45U7LT003419. Ano 2019/2020 | 1 | 100 % da Tabe la FIPE | R\$ 100.000, 00 | R\$ 100.000, 00 | R\$ 25.000, 00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 100,00 | 2.505,60 | 3.873,9 5 | SIM |



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

| | | | | | | | | | | | | |
|----|--|---|----------------------|----------------|----------------|---------------|---------------|-----|------------|------------|----------|-----|
| 8 | Veículo MICROONIBUS M. BENZ SPRINT CLASSY Placa BDK-8A96. Chasi 8AC906655KE170789. Ano 2019/2019 | 1 | 100 % da Tabela FIPE | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 25.000,00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 200,00 | 12.700,80 | 5.574,97 | SIM |
| 9 | Veículo ONIBUS VOLVO MPOLO VIAGGIO R Placa AKB-2283. Chassi 9BVR6C4101E356845. Ano 2001/2001 | 1 | 100 % da Tabela FIPE | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 25.000,00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 100,00 | 12.700,080 | 3.610,90 | SIM |
| 10 | Veículo ONIBUS VW COMIL CAMPIONE R Placa ALW-7396. Chassi 9BWHR82Z34R421110. Ano 2004/2004 | 1 | 100 % da Tabela FIPE | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 25.000,00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 200,00 | 13.050,00 | 3.286,89 | SIM |
| 11 | Veículo PEUGEOT PARTNER 0km. Chassi 8AEGCNFN8LG510231. Ano 2020/2020 | 1 | 100 % da Tabela FIPE | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 25.000,00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 100,00 | 6.225,99 | 2.712,22 | SIM |
| 12 | Volkswagen gol mc4 placa BEX0F29 2021/2022 Chassi 9BWAG45U5NT004592 | 1 | 100 % da Tabela FIPE | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 25.000,00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 100,00 | 5.474,28 | 3.649,42 | SIM |
| 13 | Chevrolet Cruze Pre2 NB AT Chassi 8AGBY69S0NR103408 2021/2022 placa RHK-5h32 | 1 | 100 % da Tabela FIPE | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 25.000,00 | R\$ 25.000,00 | SIM | R\$ 200,00 | 5.550,00 | 4.500,00 | SIM |